

Abaetê Criolo: discurso e identidade racial de jovens negras

Maria Thalita Terto Costa

Universidade Estadual do Ceará - UECE

Dr. David Barbosa de Oliveira

Universidade Estadual do Ceará - UECE

Resumo

Este artigo tem como objeto de estudo o projeto Abaetê Criolo, grupo escolar que trabalha com atividades artísticas e o estudo e pesquisa das temáticas antirracistas e de respeito à diversidade cultural. O grupo está inserido na perspectiva da lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira na escola. O objetivo da pesquisa foi investigar como as alunas participantes do projeto Abaetê Criolo manifestam suas identidades raciais e a contribuição do projeto nesse processo de formação e autoafirmação das suas identidades. Para alcançarmos esses objetivos, o método utilizado foi a Análise de Discurso Crítica (ADC) de entrevistas de alunas participantes do projeto Abaetê Criolo. Concluímos que, ao final de quatro anos de ações do grupo, conseguimos formar um corpo político que atuou diretamente na formação e fortalecimento de vários aspectos referentes às lutas negras, principalmente, no que se refere à construção da identidade racial da mulher negra.

Palavra-chave identidade; raça; mulher negra; educação.

Abstract

The purpose of this article is the Abaetê Criolo project, a school group that works with artistic activities and the study and research of anti-racist themes and respect for cultural diversity. The group is inserted in the perspective of Law 10.639 / 03, which makes it mandatory to teach Afro-Brazilian history and culture at school. The objective of the research was to investigate how the students participating in the Abaetê Criolo project manifest their racial identities and the project's contribution in this process of formation and self-affirmation of their identities. To achieve these objectives, the method used was Critical Discourse Analysis (ADC) of interviews with students participating in the Abaetê Criolo project. We conclude that, after four years of group actions, we were able to form a political body that acted directly in the formation and strengthening of several aspects related to black struggles, mainly, with regard to the construction of the racial identity of black women.

Key-word identity; breed; black woman; education.

Introdução

Em 09 de janeiro de 2003, foi sancionada a Lei 10.639/03, alterada pela lei 11.645/08¹, tornando-se obrigatório no currículo oficial das escolas, nos estabelecimentos de ensinos fundamental e médio, oficiais e particulares, o ensino de história e cultura afro-brasileira. Deve contemplar o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos/as negros/as no Brasil, a cultura negra brasileira e a pessoa negra na formação da sociedade nacional, valorizando a participação do povo negro nas áreas social, econômica, política e cultural, pertinente à História e atualidade do Brasil. (BRASIL, 2003).

Educar para a superação das desigualdades raciais na escola é vontade antiga dos que lutam por uma educação verdadeiramente democrática. O empenho para a aplicabilidade da lei 10.639/03 requer um posicionamento que negue a neutralidade e assuma a posição de desmascaramento da ideologia dominante. Em vista disso, para se tornar possível a inclusão dessa temática na escola, é preciso que sejam desenvolvidas possibilidades pedagógicas palpáveis dentro da realidade e conhecimentos da comunidade escolar. Nessa situação, a dança se apresenta como um grande potencial para proporcionar aos estudantes conhecimentos e experiências relacionadas à cultura negra, pois é um campo vivenciado de muitas experiências do movimento humano e um campo de resgate cultural e social do ser humano na sociedade contemporânea (SANTOS e FIGUEREIDO, 2003).

Nesse contexto, na tentativa de negar a neutralidade, assumindo uma posição política de rompimento com as tradicionais lógicas eurocentradas e com o objetivo de possibilitar a efetivação da lei 10.639/03 na EEFM Polivalente Modelo de Fortaleza, surge, em 2015 o grupo *Abaetê Criolo*, idealizado e coordenado pela pesquisadora que vos escreve. O *Abaetê Criolo* iniciou suas atividades em 2015, é um grupo de dança e estudo que trabalha com atividades artísticas e o estudo e pesquisa das temáticas antirracistas e de respeito à diversidade cultural.

O desenvolvimento desse projeto rendeu experiências exitosas. Os/as alunos/as tiveram a oportunidade de atuar e contribuir com a representatividade negra em ambientes extraescolares, pois, frequentemente, surgiam convites para apresentações das danças em outros espaços, como no teatro SESC Iracema, no *Cuca Jangurussu* e em outras escolas que possuem a mesma preocupação em dar visibilidade à cultura negra. Além dessas ações, nos anos de 2015, 2016 e 2017 o projeto foi apresentado na Feira de Ciências e Cultura da SEFOR (Superintendência das Escolas Estaduais de Fortaleza) e recebeu a premiação de segundo e primeiros lugares, respectivamente, tendo a oportunidade de comparecer também ao Ceará Científico (Feira de Ciências da Secretaria de Educação do Ceará), estando entre os melhores trabalhos das escolas do estado e podendo mostrar para todos os envolvidos na feira a importância de se trabalhar a cultura afro-brasileira nas escolas.

Em meio aos resultados do *Abaetê Criolo*, deve-se reconhecer o projeto como uma manifestação artística e cultural capaz de ser meio de ensino para alcançar a demanda da lei 10.639/03. Sabendo da urgência da aplicação da lei e entendendo que a sua efetivação na escola poderá contribuir para valorização e reconhecimento da história afro-brasileira

¹ A Lei 10.639 foi modificada pela lei 11.645 que também incluiu no currículo escolar o ensino da História e Cultura Indígena.

na sociedade, foi elaborada a proposta dessa pesquisa que tem como objeto de estudo o grupo Abaeté Criolo e como objetivos compreender os processos da sua contribuição na formação da identidade racial das participantes do grupo.

Entendendo que essa identificação gera dados que envolvem abstrações e subjetividades das pessoas pesquisadas, a pesquisa qualitativa se apresenta como a abordagem mais apropriada para a compreensão do problema investigado. O objetivo foi realizar uma análise de discurso crítica de entrevistas de algumas participantes do projeto Abaeté Criolo, investigando como estas manifestam suas identidades raciais. O método adotado para esta pesquisa foi a Análise de Discurso Crítica (ADC) que é uma abordagem teórico-metodológica dos estudos da linguagem que concebe a linguagem como prática social e possui interesse particular sobre os discursos e as relações de poder (RESENDE e RAMALHO, 2013). É importante ressaltar que a ADC não se interessa por qualquer tipo de discurso, mas nos que manifestam formas de dominação que resultam (ou são resultados) em desigualdades e injustiças sociais.

O campo de pesquisa foi a EEFM Polivalente Modelo de Fortaleza, localizada no bairro Jose Walter, periferia de Fortaleza – Ceará. A comunidade escolar que compõe a citada escola é formada, majoritariamente, por pessoas que habitam esse espaço social. Ou seja, são estudantes, pais, professores e funcionários de um bairro periférico de Fortaleza que, assim como a maioria dos moradores de periferias, possuem suas problemáticas advindas das situações de desigualdades e injustiças sociais. É importante destacar que as interlocutoras dessa pesquisa estão inseridas nesse contexto social.

As interlocutoras são duas ex-alunas da EEFM Polivalente Modelo de Fortaleza, com 19 e 20 anos, que foram integrantes do grupo Abaeté Criolo e concluíram o Ensino Médio no ano de 2017. Quanto à identidade racial, as entrevistadas se autoidentificam como negras. Os nomes apresentados na pesquisa são pseudônimos, a saber, Luiza e Ângela. Os pseudônimos são utilizados somente por recomendações éticas de pesquisa.

Como temos uma pesquisa de natureza qualitativa, a escolha da amostragem, ou seja, das interlocutoras, foi intencional. Considerou-se pessoas que promoveriam uma adequada elucidação do assunto, além de serem pessoas com disponibilidade no que diz respeito à facilidade de encontro para participação das sessões de entrevistas. A amostragem foi restrita a duas interlocutoras por se tratar da utilização da técnica de entrevista que possibilita a fala livre e considerar que essa amostra, mesmo sendo reduzida, alcança uma representatividade do grupo maior estudado, pois houve a preocupação com a profundidade da análise. O critério para inclusão na pesquisa foi a relevância da atuação e o engajamento de ambas para o desenvolvimento do projeto.

Nessa pesquisa, a análise tem por base as identidades pessoais e as identidades coletivas, que estão interconectadas, pois as identidades acabam por ser compostas por diversas representações sociais e determinados aspectos assumidos socialmente podem fazer com que as pessoas insiram-se em identidades coletivas (DIAS, 2014). As jovens integrantes do grupo Abaeté Criolo assumem a identidade coletiva negra. Para a análise das identidades, optou-se pelo modelo apresentado por Castells (2006) que explica que a construção social das identidades é marcada por relações de força e daí surgem três formas de construções das mesmas: a identidade legitimadora, que é identidade detentora de poder, produzida pelas instituições dominantes para estender e racionalizar sua dominação sobre as demais; a identidade de resistência, associada a uma identidade de situação desfavorecida, elaborada pelos atores sociais quando em posição desvalorizada ou estigmatizada pela lógica dominante; a identidade-projeto que corresponde a uma

identidade que estava em posição de resistência, mas conseguiu meio de confrontar as ideologias impostas pela hegemonia, quando os atores sociais, amparados pelo material cultural a disposição, constroem uma identidade que redefine sua posição social e propõe transformar o conjunto da estrutura social.

Entendendo que a análise de discurso crítica é utilizada para compreender as relações estruturais, transparentes ou veladas, manifestadas na linguagem, e investiga criticamente como as desigualdades são expressas, legitimadas e constituídas no discurso, esse tipo de abordagem se apresenta inteiramente adequada para alcançar o objetivo desse trabalho. Elucidados os pontos de partida metodológicos, passemos às principais considerações e resultados da pesquisa.

Discurso e identidade racial de jovens negras

Segundo Silva (2014), os discursos são resultados das diferentes experiências e perspectivas de mundo das pessoas, dos seus contextos sociais, das diversas relações constituídas e do lugar em que estão posicionadas. É considerando essa condição que foram analisados os relatos de duas participantes do grupo Abaetê Criolo, Luiza e Ângela, procurando estabelecer relação com a construção de suas identidades enquanto mulheres negras e a contribuição do grupo no processo de autoidentificação.

Munanga (2012) explica que para estudarmos sobre identidade negra, devemos entender que esta perpassa, necessária e absolutamente, pela negritude enquanto categoria sócio-histórica e pela posição social dos negros e negras em um universo racista. Antes de construir um discurso sobre identidade negra, é preciso entender o que é identidade. Silva (2000) propõe uma primeira aproximação afirmando que identidade é aquilo que é e a diferença é aquilo que não é. A identidade seria uma positividade: “sou brasileiro”, “sou negro”. Nesse caso, teria como referência a si própria sendo autocontida, autossuficiente. A diferença seria independente, em oposição à identidade é aquilo que o outro é: “ele é japonês”, “ela é branca”. A diferença, tal como a identidade, simplesmente existe. A identidade é um processo de criação de sentido pelos grupos e pelos indivíduos. Dessa forma, fica compreensível que a identidade e diferença possuem uma relação de dependência.

Além de possuírem essa interdependência a identidade e diferença precisam ser ativamente produzidas, elas são resultados de atos de criação linguística. Isso significa que elas não são naturais, não são essências, são criações sociais e culturais geradas a partir de atos de linguagem (SILVA, 2000). Apesar de isso parecer óbvio, temos a tendência de considerá-las como fatos da vida, porém, não são seres da natureza, são culturais e resultados dos sistemas simbólicos e discursivos que a compõem.

A partir dessas considerações, o conceito principal desenvolvido é o de identidade que não possui uma noção essencialista, mas um conceito estratégico e posicional. Silva (2000) afirma que apenas por meio da relação com o outro, com aquilo que não é, com o que falta, é que o significado positivo de um termo – e assim o de identidade – será construído. Assim, a unidade da identidade é constituída no interior dessa relação de exclusão e podem funcionar como pontos de identificação por sua capacidade para excluir e transformar o diferente em “exterior”, em abjeto. Esse poder de constituir uma identidade social baseada no ato de exclusão irá gerar uma forte hierarquia entre os pólos resultantes.

Ao ser questionada sobre o que significava ser uma pessoa negra, temos um trecho da fala de Luiza:

Pesado... (a pergunta). Caramba (pausa). Isso é pesado (...) É... é uma dificuldade, né, porque a gente, a gente sabe muito bem a desigualdade e tal, quando a gente se reconhece como uma pessoa negra, principalmente no Brasil a gente sabe por tudo que a gente vai passar, toda a luta que a gente tem que... assim né, a gente tem que lutar muito mais do que as outras pessoas, a gente tem que fazer muito mais do que as outras pessoas, a gente sabe que... qual a posição que a gente tá, que é lá embaixo. É isso. (Luiza)

Silva (2000) explana que a identidade e a diferença é uma relação social e, portanto estão sujeitos a vetores de força. “Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas” (p. 81). A identidade e a diferença estão em conexão com relações de poder. A fala de Luiza indica que a mesma demonstra ser sabedora do contexto social em que está inserida, porém identifica que é um lugar que não escolheu, estando posicionada nele de forma desfavorável.

Ao se fixar uma identidade como norma se estabelece uma forma privilegiada de hierarquização, e a normalização é o meio mais sutil que o poder irá se manifestar no campo da identidade e diferença “Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como o parâmetro em relação as quais as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas” (SILVA, 2000. p. 83). Ao passo que a identidade normal é vista como natural e desejável, as características positivas irão recair sobre ela e as outras serão avaliadas de forma negativa. A forma da normatização é tão grande que ela não é sequer considerada como identidade, mas como simplesmente a identidade. As identidades não normalizadas, e, portanto, medidas como inferiores, é que precisarão desenvolver politicamente meios para supressão dessas avaliações hierarquizantes.

Luiza demonstra conhecer esse contexto quando explana “*a gente tem que fazer muito mais do que as outras pessoas*”. A interlocutora entende que fazendo parte de uma população que historicamente sofre diversas formas de opressão, será preciso desenvolver mecanismos para superar o confinamento social de subalternidade a qual, enquanto pessoa negra, é submetida. Percebemos que a entrevistada não usa uma linguagem individualizada, mas utiliza a expressão “*a gente*” para exprimir seus pensamentos, assumindo uma identidade coletiva, no caso, a identidade negra. Nesse sentido, Munanga (2012) levanta o questionamento “como se processa essa identidade no que diz respeito à identidade negra?” O autor entende a identidade, em termos gerais, como um processo que passa pelo trabalho discursivo e não algo fixo, para ele a identidade negra precisa ser pensada dentro da concepção da identidade racial.

Para Oliveira (2017), a categoria raça é compreendida como um construto social gerado a partir das relações entre negros/as e brancos/as em que as características físicas, como cor da pele e tipo de cabelo, irão intervir ou mesmo definir o destino e o lugar social dos sujeitos na sociedade, sendo, portanto, fator estruturante da sociedade brasileira, gerando impacto nas estruturas de classe do país e atingindo também as formas de organização educacional e as relações de poder existentes. Por não se tratar de uma categoria natural, mas sim social, a raça pode passar por mudança e negociação.

Entretanto, o trecho da fala de Luiza *“a gente sabe que... qual a posição que a gente tá, que é lá embaixo”* emite a crença de identidades essencializadoras, que implica a existência de identidades estáticas, o que contraria Silva (2000) e Munanga (2012) que informam que as identidades não são naturais, não são essências, são criações sociais e culturais geradas a partir de atos de linguagem, e que, portanto, podem ser transformadas. Nossa interlocutora vai ao encontro do pensamento de Oliveira (2017) que afirma que, apesar das identidades serem resultados de sistemas simbólicos e discursivos, no Brasil, o grupo racial branco permanece ocupando espaço de referência e a branquitude é assumida como natural e raramente é problematizada. Ainda sobre ser uma pessoa negra, Luiza realiza uma pequena pausa em sua resposta e, como que a refletir sobre o que disse, passa a apontar aspectos positivos sobre a negritude:

Ser negro é difícil (...) mas também não tem só suas desvantagens porque a gente sabe que é uma cultura maravilhosa e também sabemos que ela foi a que mais fez parte aqui para o crescimento do país, mesmo eles não admitindo, mas também não é só coisa ruim, também tem muitas coisas boas e que a gente não vê... porque não é falado sobre isso também. (Luiza)

Encontramos a utilização da expressão *“mesmo eles não admitindo”*, o pronome *“eles”* referencia que Luiza reconhece que existe um antagonismo entre o seu grupo social, população negra, e outro grupo que não admite as bem feitorias realizadas por aquele. Verifica-se a referência à diferença, ao outro, ao que eu não sou, portanto *“eles”*. Isso também vai ao encontro das explicações de Silva (2000) quando elucida sobre os vetores de força que existem nas relações de poder que geram divisões entre *“nós”* e *“eles”*.

Oliveira (2017) alude que após o regime escravista e toda a desumanização sofrida pela população negra que demarcou o lugar do negro na sociedade, a negação do pertencimento racial negro passa a ser um elemento de afirmação social, pois ser negro era estar à margem, era associado ao feio, ao ruim e ao sujo. Romper com essa imagem inferior foi e continua sendo uma tarefa política que demanda contestação para criar possibilidades para emancipação do sujeito negro. Definir-se como negro e não branco é uma atitude transgressora que põe em xeque a branquitude normalizadora. Quando a interlocutora utiliza a expressão *“a gente”*, aponta a apreensão da identidade de negritude, e, portanto, assume uma atitude transgressora do grupo normalizador.

A autora afirma que assumir-se negro, no Brasil, é um processo difícil e, por vezes, doloroso, tendo em vista que os padrões estabelecidos e vistos como positivos são o branco. Se nos remetermos ao início do primeiro relato de Luiza quando responde *“Pesado” “Caramba”*, percebemos esse processo. As expressões utilizadas manifestam uma sensação de incômodo, de peso, de algo doloroso que está intrínseco e que é difícil de ser externalizado.

Ainda sobre o que significado pessoal sobre ser uma pessoa negra, dentro do processo de empoderamento, analisemos um trecho da fala de Ângela:

Ser uma pessoa negra pra mim é muito bom, eu acho que é o meu diferencial que também está na minha identidade (...) é ser batalhadora, é passar por dificuldades, é ser resistente (Ângela)

Ângela não coloca em sua fala o incômodo inicial demonstrado por Luiza, apesar de também citar sobre as dificuldades e as batalhas que precisam ser encaradas, trata com mais leveza, demonstrando inclusive orgulho sobre sua negritude “*é muito bom*” “*é o meu diferencial*”. O uso do adjetivo “*diferencial*” revela que Ângela considera que sua identidade se destaca entre outra posicionada como padrão e que essa qualidade, de alguma forma, a torna importante dentro do seu contexto social. Isso denota um movimento para o empoderamento, pois, para Berth (2018), o empoderamento é um instrumento de emancipação política e social em que ocorre um processo de simbiose entre o indivíduo e o coletivo, no qual as minorias sociais são capazes de desenvolver estratégias para romper com a posição de subalternidade, por meio da supressão das estruturas opressoras. Apesar de colocar sua fala em uma dimensão individual, os trechos “*ser uma pessoa negra*” e “*ser batalhadora*” “*passar por dificuldades*” “*ser resistente*”, demonstra que Ângela se posiciona dentro da coletividade negra que está sujeita a precisar transpor desafios semelhantes.

A fala de Ângela se mostrou favorável em relação à identidade negra e também sobre sua autoidentificação. Demonstrando ser sabedora das condições históricas e individuais que a atingiam por ser negra, mas com um posicionamento de dignidade e amor-próprio. Ao responder a pergunta sobre essa autoidentificação, temos como resposta:

Hoje significa muito mais do que há dois anos atrás (...) eu não me via como negra, e eu não gostava do meu nariz, e eu não gostava da minha boca, não gostava, principalmente, do meu cabelo. Hoje em dia eu, depois do projeto (Abaetê Criolo) principalmente, a autodefinição... (...) eu me identifico como negra e depois que eu me identifiquei como negra que eu vi mais beleza em mim, eu acho que a autodefinição, a autodescoberta né, foi o ponto principal no que eu sou hoje, foi assim... É libertador, é bom. (...) Depois que eu entrei no Abaetê Criolo, que eu tive experiência com outras meninas que passaram pela mesma coisa que eu passei (...) eu via que elas precisavam desse apoio, que elas precisavam de um apoio moral, que elas precisavam de uma referência... e estar em contato com quem ainda não se identifica, com quem ainda não se reconhece, ajuda, elas precisam disso, é coletivo (...) a partir do momento que eu vi que eu estava melhor, depois que eu me autodefini, senti necessidade também de mostrar isso para as pessoas, de elas também se autodefinirem. (...) Em relação a tudo, acho que socialmente também, quando a gente é reprimido fica... É totalmente diferente, antes eu não... Não... Acho que eu não tinha nenhum... Poder não, é uma... Como se diz... Na sociedade, eu nunca fazia nada, era como se eu não vivesse, hoje em dia eu estou mais empoderada, eu estou colocando os meus direitos. (Ângela)

Todo o relato vai ao encontro do discurso de Luiza, mas existem alguns pontos que merecem, igualmente, ser destacados. “*eu não me via como negra, e eu não gostava do meu nariz, e eu não gostava da minha boca, não gostava, principalmente, do meu cabelo*”. Segundo Berth (2018), o cabelo é apenas o primeiro elemento que implica, sobretudo para as mulheres negras, possuir o orgulho necessário para iniciar um processo nos âmbitos do empoderamento. Porém, é necessária também a aceitação de outros traços fenotípicos do rosto, corpo, além da cor da pele. Isso porque, esses traços trazem as informações das origens africanas que também são constantemente alvo de depreciação. Então, quando Ângela, após um processo de “*autodescoberta*” que envolve ter tido a “*experiência com*

outras meninas que passaram pela mesma coisa”, e afirma *“eu me identifico como negra”*, devemos considerar essa reafirmação da beleza como uma atitude de resistência.

É importante ressaltar a contribuição do projeto Abaetê Criolo nesse processo, pois a interlocutora o coloca como um marco que desencadeou essas mudanças de perspectivas. Ângela conclui, a partir da sua experiência no grupo, que assim como ela teve um apoio, outras meninas também irão precisar desse suporte. Isso nos remete aos ensinamentos de hooks (2015) que diz que, em sua vida, não conheceu mulheres negras que não estivessem juntas, ajudando, protegendo e amando-se mutuamente. Esse comportamento gera o fortalecimento da identidade coletiva negra. A interlocutora apresenta uma agência e se coloca como alguém que pode fornecer o apoio para a coletividade. Sua fala sugere marcas de reflexividade que, segundo Silva (2014) está relacionada à capacidade de reflexão sobre suas práticas e seu contexto social, desenvolvendo um reposicionamento, pois a reflexão pode levar à mudança. O desejo de querer o bem para outras pessoas estimulam comportamentos de ação no mundo social. O relato traz uma importante marca de construção de identidade projeto.

Podemos mostrar pela análise dessa sessão, tanto de Luiza quanto de Ângela, que a estética é uma questão crucial para o percurso de autoidentificação, sobretudo para mulheres negras. Porém, o prosseguimento na formação da identidade negra não se esgota nesse aspecto, podendo vir a iniciar um processo de empoderamento coletivo e de superação dos estigmas infligidos por uma sociedade racista. Quando Ângela realiza a fala que, para a pesquisadora, é a mais marcante entre todas as sessões das entrevistas *“Na sociedade, eu nunca fazia nada, era como se eu não vivesse, hoje em dia eu estou mais empoderada, eu estou colocando os meus direitos”* manifesta que aprendeu o sentido de empoderamento, não porque simplesmente disse que estava mais empoderada, mas por sua tomada de consciência crítica que passou do nível inicial de se tornar consciente de sua situação de opressão e avança para *“colocar”* os seus direitos que, por todo o contexto explicitado, entendemos que a expressão utilizada significa dizer que ela está na luta de, coletivamente, cobrar o que lhe é de direito, de se posicionar no mundo. *“É libertador”*.

Conclusão

O grupo Abaetê Criolo se configura como uma experiência e um projeto escolar que, dentro do seu contexto sociocultural da escola em que foi realizado, buscou garantir a efetivação da lei 10.639/03. O grupo nasceu de uma necessidade de reunir alunas e alunos que não se identificavam com as práticas esportivas, porém ansiavam por práticas corporais diferenciadas. Nesse ínterim, as reflexões acerca da existência de ações pedagógicas que efetivassem a lei 10.639/03 na escola, igualmente, começam a se expandirem na prática profissional da professora coordenadora do projeto. Assim, o grupo consumou-se como um projeto voltado para o estudo e manifestações artísticas da cultura afro-brasileira. Ao final de três anos de ações do grupo, percebemos que conseguimos formar um corpo político que atuou diretamente na formação e fortalecimento de vários aspectos referentes às lutas negras, principalmente no que se refere à construção da identidade racial das alunas participantes do projeto. Através da análise de discurso realizada com as integrantes do grupo podemos concluir que o Abaetê Criolo participou de um processo que motivou mudanças em suas percepções identitárias e no *modus vivend* das interlocutoras.

Pela constatação dos discursos das educandas que tiveram acesso às demandas da lei podemos estabelecer o quão importante é o desenvolvimento de propostas de educação

na perspectiva antirracista e de valorização das afro-brasilidades. Para Gusmão (2013), os processos educativos não podem se limitar ao currículo formal, necessitando resgatar as dimensões não formais de aprendizagens dentro e fora da escola. Reconhecendo as experiências individuais e sociais e concebendo o aluno e a aluna como sujeito coletivo que tem memória, história de vida, tradição, valores e emoções que demandam por um lugar na sociedade, a educação poderá ser um recurso potente na luta por igualdade social. Entretanto, não há poder sem resistência, e o movimento negro desponta como o movimento de luta por transformação social mais antigo do Brasil, entremeado por perversas violências sociais, mas também com a mais forte resistência.

Nesse contexto, de lutas e de resistências plurais, o grupo Abaetê Criolo irrompe como um local de resistência feminista negra, enfrentando as rejeições do sistema racista, rompendo com o silêncio de vozes abafadas, participando da construção dessa identidade racial e fazendo ecoar a arte negra no espaço escolar periférico. Por tudo isso, entendemos a experiência do Abaetê Criolo como um potente instrumento de luta para fortalecer o feminismo negro e, portanto, as lutas emancipatórias e democráticas. Entretanto, é preciso também estabelecer aqui os limites do projeto. Vislumbrando o grupo como uma ação que procurar alcançar as demandas da lei, verificamos que é uma experiência de uma iniciativa isolada e pessoal de uma única professora da escola. No momento em que a professora precisou se ausentar, a escola não deu continuidade às atividades do projeto, isso porque ainda não há, de forma geral entre os agentes escolares, a conscientização do valor da efetivação da lei para a formação social do alunado.

Assim, das reflexões aqui levantadas, enfatizamos que a presente pesquisa não esgota, certamente, as possibilidades de discussão e análise sobre a temática antirracista no campo educacional. Esses estudos são necessários, no entanto, é importante que não permaneçam somente nos âmbitos acadêmicos e estejam no cotidiano escolar fortalecendo e amparando as práticas educacionais dos professores que trabalham com a perspectiva de transformação social através da educação.

Referências bibliográficas

BERTH, Joice. **O que é empoderamento?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei número 10639/03**, de 09 de janeiro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm> Acesso em: 05 set. 2019.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Trad. Klauss B. Gerhardt. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

DIAS, Tatiana R. N. Violência Doméstica e Familiar: Representação e Identidade. In: MAGALHÃES, Izabel. CAETANO, Carmem Jená Machado. BESSA, Décio. (Orgs.) **Pesquisas em Análise de Discurso Crítica**. Covilhã, UBI, LabCom, Livros LabCom, 2014.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. A lei 10.639/2003 e a formação docente: desafios e conquistas. In: DE JESUS, M. F.; ARAÚJO, M.S.; CUNHA JR. H. (Orgs) **Dez anos da lei nº10639/03: memória e perspectivas**. Fortaleza: Edições UFC, 2013.

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília**, n. 16, p. 193-210, 2015.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente: (r) existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação.** Curitiba: [s.n.], 2017.

RESENDE, V. de M. RAMALHO, V. **Análise de discurso crítica.** São Paulo: Contexto, 2013.

SANTOS, Rosiene Campelo dos. FIGUEIREDO, Valéria Maria Chaves. Dança e inclusão no contexto escolar, um diálogo possível. Goiânia. **Revista Pensar a Prática**, 2003.

SILVA, Luzia Rodrigues da. A Agenciamento em Foco: Tensões e Limites das Professoras. In: MAGALHÃES, Izabel. CAETANO, Carmem Jená Machado. BESSA, Décio. (Orgs.) **Pesquisas em Análise de Discurso Crítica.** Covilhã: Livros LabCom, 2014.

SILVA, T. T. da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. da. (Org); HALL, S.; WOODWARD, K. **Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Editora Vozes, 2000.